

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTADO EM ARRANJOS PRODUTIVOS COM BASE EM EMPRENDIMENTOS RURAIS: O AGROCOMÉRCIO DA UVA NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ-SP

Auro Aparecido Mendes – UNESP - Rio Claro
aurosmdj@ibest.com.br

Júlio César Lázaro da Silva – UNESP - Rio Claro
geocvz@yahoo.com.br

I - Introdução

O processo de mundialização da economia, caracterizado pela intensificação do comércio internacional e dos fluxos de investimento direto e financeiro, tem apontado para abordagens que contemplam o desenvolvimento local integrado e articulado ao global.

Esses estudos evidenciam não apenas os impulsos globalizantes (SANTOS, 2000) e suas repercussões intra-regionais, mas destacam o caráter organizacional e inovador dos lugares, que de acordo com suas vantagens competitivas e concorrenciais vão possuir diferentes níveis de inserção na cadeia produtiva global. Os APL's (Arranjos Produtivos Locais) apresentam estratégias de grande relevância para a promoção do desenvolvimento territorial, tomada a sua importância socioeconômica na ampliação da geração de renda, inclusão social, e *inovação incremental* (AMATONETO, 2000, p.18).

As políticas de desenvolvimento local, integradas com as instituições locais, são capazes de coordenar a ação de cooperativas, associações, consórcios, instituições financeiras e parcerias entre o público e o privado. Nesse processo, é reforçado o papel dos atores locais, sua capacidade de inovação e aprendizagem, o que conduz ao desenvolvimento endógeno, realizado de acordo com as características dos lugares, ao invés de promover o crescimento econômico que apenas concentra capital, mas que não implica em melhoria das condições de vida da população.

Esses questionamentos serão discutidos no presente trabalho, que busca o entendimento do modelo de organização produtiva dos pequenos e médios viticultores do município de Jundiaí-SP, face às recentes transformações ocorridas na cadeia produtiva da uva a granel.

Nosso objetivo principal é investigar as estratégias e inovações produtivas relacionadas ao agrocomércio da uva no município, e se essas transformações são capazes de promover o desenvolvimento local e sustentado. Utilizamos o termo agrocomércio para destacar não apenas a comercialização da uva a granel, mas, sobretudo, os produtos derivados da uva e os serviços que se desenvolvem de forma articulada como a constituição de vias gastronômicas e visitação das propriedades.

A análise qualitativa desse Arranjo Produtivo busca aprimorar os procedimentos metodológicos para o acompanhamento de outras modalidades de desenvolvimento local, inclusive através da parceria com diferentes instituições de pesquisa e agências de capacitação e suporte técnico como o SEBRAE.

Devido à predominância de estudos de clusters em diferentes ramos industriais e a ausência de pesquisas que contemplem uma abordagem de Sistemas Produtivos ou Arranjos Produtivos em

atividades rurais, nossa pesquisa busca uma metodologia de análise própria para esse tipo de estudo, podendo contribuir para a extensão dessa abordagem em pesquisas relacionadas ao desenvolvimento rural.

II -Desenvolvimento Territorial Local

A globalização, entendida como um processo dialético que intensifica as relações sociais e econômicas em escala mundial, impõe “aos agentes responsáveis pela formulação de políticas de desenvolvimento a busca de novos conceitos e formas de se pensar a organização produtiva” (AMATONETO, 2000, p.17). O grande progresso técnico e os padrões de mercado que se transformam constantemente, juntamente com o aumento da concorrência internacional e dos fluxos financeiros demandam novas estratégias de gestão empresarial (OTH, 1997).

A perda de eficácia do modelo fordista, a partir da década de 70, promoveu o desenvolvimento de um novo modelo empresarial concentrado na flexibilidade, desverticalização e intensa competição (LUCA, 2003). O antigo paradigma fundamentado na produção em massa foi gradualmente substituído pelas organizações produtivas flexíveis, onde prevalece a capacitação tecnológica endógena e o aumento das possibilidades de cooperação competitiva.

No caso brasileiro, o modelo fordista trouxe crescimento econômico para o país, mas não foi capaz de promover o desenvolvimento econômico regional. Segundo Souza (1993), existem efeitos perversos do crescimento econômico, quando esse não beneficia a economia como um todo. O crescimento que o Brasil obteve, principalmente durante o período correspondente ao regime militar, construiu um arcabouço técnico e logístico para o desenvolvimento, mas não o privilegiou.

O Brasil iniciou, a partir da década de 90, um acelerado programa de abertura econômica conduzido pelo governo Collor. Através da redução de alíquotas de importações, desregulamentação do Estado, privatizações das empresas estatais e diminuição de subsídios, mudanças profundas foram implementadas na estrutura industrial do país. Apesar de estimular a competitividade, muitas pequenas e médias empresas não tiveram suporte técnico e financeiro para se adaptarem a essas transformações (AMATONETO, 2000).

Reud (1999) atenta para a nova concepção do Estado na organização produtiva:

O Estado exerceu um papel importante no processo de industrialização do Brasil, mas nos anos 80 assistiram a sua retirada, principalmente devido a seu estrangulamento financeiro. A queda de sua capacidade financeira, ligada a interrupção dos fluxos de investimentos externos e ao aumento do preço do petróleo, induziu uma predominância das preocupações de curto prazo da política macroeconômica e a ausência de qualquer estratégia industrial. A realização de saldos positivos na balança de pagamentos para pagar a dívida externa virou o principal objetivo da política econômica (REUD, 1999, p.212).

A principal dificuldade enfrentada pelos pequenos e médios empreendedores no Brasil é que os investimentos em tecnologia e o crédito necessário para a efetuação de qualquer base de estruturação produtiva ainda dependem do resguardo estatal. Ainda segundo Reud (1999), mesmo os

pólos especializados que são criados dentro de uma condição descentralizada necessitam de suporte do Estado.

Pires (2003, p.3) aponta que “a relação do Estado com a sociedade civil e com os territórios têm evoluído através de leis governamentais de descentralização iniciada em alguns países da Europa no início dos anos 80, e, na América Latina, no início dos anos 90”.

Analisando o território francês, Benko (2001) afirma que o desenvolvimento local substituiu as práticas centralizadoras delegadas ao Estado de promover o desenvolvimento regional, transferindo as políticas de planejamento territorial para as coletividades locais.

O desenvolvimento local determina o renascimento dos meios locais e regionais, atuando na organização econômica, cultural e política, renovando a vida da sociedade e da comunidade (PIRES, 2003). Para esse feito, as redes integradas de PME's (Pequenas e Médias Empresas) alcançam a flexibilidade necessária para se adequar às novas demandas globais, através da intensificação do desenvolvimento tecnológico e no incremento da interatividade entre indústria e setor terciário (COCCO, 1999).

Nas estratégias de desenvolvimento local, destacam-se os elementos inovadores, principalmente no que tange aos agentes institucionais e a constituição das redes produtivas e sociais, que potencializam as vocações locais e permitem a integração com os circuitos econômicos regionais. Novas formas de territorialidade são concebidas, relacionadas aos saberes locais, capacidade empreendedora e a organização em redes (OTH, 1997).

À medida que o território passa a desempenhar a função de integrador do processo produtivo, “devem ser encontrados no mesmo todos os insumos necessários à produção, o que inclui não somente infra-estruturas físicas e econômicas como também uma estrutura social igualmente necessária à fluidez das relações produtivas” (COCCO, 1999, p. 24).

As estratégias de desenvolvimento local estão relacionadas ao fortalecimento dos sistemas de produção local ou *clusters* regionais. Os *clusters* são aglomerados industriais, concentrando firmas, fornecedores e consumidores (AMATONETO, 2000). Numa definição mais ampla, os *clusters* podem ser considerados uma “concentração geográfica de empresas interdependentes com canais ativos para transações de negócios, diálogos e comunicações e que coletivamente compartilham oportunidades e ameaças” (ROSENFELD, 1997 apud LUCA, 2003, p.108).

Crocco (2003) caracteriza os APL's (Arranjos Produtivos Locais) como sendo a denominação utilizada por muitos autores para definir os sistemas de produção local associados ao processo de formação histórico periférico, o que podemos constatar nas abordagens que se dedicam ao estudo das PME's, predominantes nos estudos de caso brasileiros.

Assim, os Arranjos Produtivos Locais compreendem as iniciativas, inovações e estratégias de desenvolvimento que buscam o fortalecimento das bases produtivas locais. Para nossa análise, podemos destacar alguns aspectos fundamentais: as redes, as instituições e as especialidades locais.

a) Redes Locais

As redes, na atual fase do capitalismo, desempenham papel fundamental, em diferentes escalas, pelo seu efeito descentralizador e desverticalizador da cadeia produtiva e até mesmo do poder de

comando. Esse novo fenômeno organizacional possibilita uma maior articulação dos atores locais, sua interação e cooperação (*linkages*). Os fluxos de conhecimento e de informação tornam-se mais velozes (internalização das inovações tecnológicas) e as atividades integradas são capazes de gerar identidade e motivação aos atores envolvidos.

São nas redes locais que muitos processos inovadores são concebidos, por possibilitarem o aumento das relações de aprendizagem e trocas de experiência, constituindo as condições necessárias para a criação de uma *atmosfera industrial* (MARSHALL apud CROCCO, 2003). Por essa razão, as pequenas e médias empresas são as que mais se beneficiam, encontrando nas redes os atributos necessários para superar as barreiras que impedem seu crescimento. A aglomeração espacial e a intensificação das relações inter-firmas assim como as articulações entre economias externas proporcionam o desenvolvimento da eficiência “coletiva” (CROCCO, 2003).

A constituição das redes locais intensifica as relações entre os produtores, que encontram diversas vantagens competitivas, destacando-se:

- 1) Otimização dos gastos com insumos, logística e transporte;
- 2) Estabelecimento de uma mesma lógica de divulgação e marketing de seus produtos;
- 3) Facilidades na obtenção de créditos e capitalização de recursos;
- 4) Desenvolvimento tecnológico, muitas vezes incentivado pela competição local.

b) Participação das Instituições

Outra característica intrínseca ao processo de desenvolvimento local é a participação das instituições, que ganham novos atributos. As prefeituras municipais devem ser compreendidas não apenas como mediadoras da guerra fiscal travada pelos municípios a fim de atrair capital externo. Os órgãos municipais devem se preocupar em capitalizar recursos para serem investidos na infra-estrutura local e nas potencialidades dos lugares, incentivando as ações empreendedoras, capazes de gerar empregos e multiplicar a renda local.

Cocco (1999) chama a atenção para as políticas de caráter transversal, capazes de integrar diferentes atores públicos e privados, como ONG's, instituições de apoio técnico como o SEBRAE e o SENAI, cooperativas, associações, consórcios, instituições financeiras e parcerias entre o público e o privado. Amaral Filho (2001) considera que as instâncias locais levam enorme vantagem sobre as instâncias governamentais centrais, por estarem mais próximas das funcionalidades dos lugares e das necessidades dos consumidores finais.

Esses núcleos de cooperação e organização econômica acenam para uma renovação da vida comunitária, fortalecendo os valores democráticos e a representação da sociedade nas decisões políticas de alcance local (BENKO, 2001).

c) As especialidades locais

Nos lugares, são encontrados recursos decorrentes de relações humanas, que correspondem a lógicas informacionais específicas. O aproveitamento dessas especificidades vai caracterizar as vantagens comparativas e ao mesmo tempo realimentar a capacidade local de promover as

inovações produtivas. As ondas globalizantes, não apenas arrastam os lugares para uma nova ordem, já que esses respondem a esses estímulos de acordo com suas especialidades, criando e recriando formas organizacionais (SANTOS, 2000).

Benko afirma que em vários domínios econômicos é constatada a importância vital que as especificidades territoriais assumem na dinâmica econômica, tornando-se fontes de vantagens concorrenciais. “A consideração de fatores locais nas dinâmicas econômicas abre o caminho na direção da diversificação das políticas econômicas, sociais e culturais” (BENKO&PECQUEUR, 2001, p.37).

O estudo das escalas territoriais também é destacado por Albagli (1999), que “conferem especificidade às práticas políticas que sobre elas intervêm, expressando distintos níveis de interesse e solidariedade, do mesmo modo que tais escalas e práticas encontram-se, cada vez mais, mutuamente referenciadas e imbricadas”.

As especificidades locais também são utilizadas para complementar o marketing local, não apenas para promover os produtos, como também capitalizar os recursos necessários para o aprimoramento técnico e de infra-estrutura. Os aspectos histórico-culturais também são considerados na divisão de trabalho, característica encontrada, no Brasil, principalmente em arranjos produtivos localizados junto às comunidades que mantêm tradições culturais de origem européias (principalmente italiana e alemã), indígena e africana.

III – Possibilidades para a constituição de um APL rural no município de Jundiaí

O município de Jundiaí, localizado a 63 km da capital paulista e 40 km da cidade de Campinas, reúne características que representam uma grande contribuição para o estudo dos Arranjos Produtivos Locais.

Jundiaí possui importantes vias de acesso, como a Rodovia Anhanguera, Rodovia dos Bandeirantes e a Rodovia Dom Gabriel Paulino Couto. Essa localização estratégica e logística privilegiada, situada entre os eixos metropolitanos de São Paulo e Campinas, representou um condicionante histórico de desenvolvimento.

Segundo dados da prefeitura municipal, Jundiaí detém um PIB estimado em US\$ 2,4 bilhões e está situado entre as 10 maiores economias do estado. Apesar de sua vocação industrial, o setor agrícola desempenha importante papel na economia municipal. Sua população de 323.397 habitantes encontra-se distribuída em uma área de 432 km², onde 298 km² representa a área de cultivo, o que evidencia a dimensão de seu cinturão verde.

Produzindo cerca de 25.000 t de uva por ano, o município de Jundiaí é, por excelência, o maior produtor de uva de mesa do país (LÁZARO DA SILVA, 2002). Porém, os pequenos produtores têm enfrentado diversas dificuldades para manter seus vinhedos, como a abertura do mercado brasileiro para as importações e os melhoramentos genéticos, fatores que tornaram a uva uma fruta sem época tão restrita para ser plantada e encontrada no mercado. Somada a essas dificuldades, a expansão de novas frentes produtoras ocasiona a queda do preço, principalmente no mês de dezembro, quando ocorre o auge da demanda e da safra (LÁZARO DA SILVA, 2002).

Para nosso estudo, destacamos a região do bairro Caxambú (bairros Caxambú, Toca e Roseira), localizada no setor norte, a aproximadamente 6,5 km do centro do município, tradicional região

produtora de uvas de mesa. Apesar de serem considerados bairros rurais, a região apresenta urbanização crescente e aprimoramento no setor de serviços, o que fortalece ainda mais sua vocação para o turismo. Muitos produtores estão diversificando suas atividades econômicas para enfrentarem um novo cenário econômico.

Essa situação nos remete a Amaral Filho (2001), que contextualiza as transformações que ocorrem no âmbito do desenvolvimento regional inserido na globalização como sendo os agentes da flexibilização e descentralização, “dentro e fora das organizações, os quais ocasionam impactos importantes em termos de reestruturação funcional do espaço” (AMARAL FILHO, 2001, p.261).

A capacidade histórica desses produtores, descendentes dos colonizadores italianos no final do século XIX, inspira iniciativas que têm sido muito bem sucedidas. Entre as estratégias dos viticultores da região está a difusão do agrocomércio de produtos derivados da uva (vinho, doces geléias) e do turismo rural. No agrocomércio, destaca-se o vinho artesanal, que é vendido dentro das propriedades rurais, agregando um caráter de produto típico do campo e enfatizando a tradição e os costumes italianos.

Mesmo com o aumento da produção de vinho, não ocorreu a modificação dos vinhedos, pela troca de uvas de mesa pelas uvas típicas para a fabricação de vinho. As uvas são compradas da região sul do país, o que ainda é mais vantajoso do que produzi-las.¹

Nota-se, ainda, uma preocupação crescente com a qualidade dos produtos e sua inserção em um mercado cada vez mais competitivo. No ano de 2003 foi criada a Associação dos Produtores de Vinho Artesanal do Caxambú, no intuito de otimizar os custos com matéria-prima, transporte, adequação às normas de saúde e divulgação de seus produtos em nível local e nas feiras agrícolas da região (LÁZARO DA SILVA, 2002).

No que tange às iniciativas institucionais, a prefeitura municipal não possui políticas bem definidas de apoio ao vinho artesanal, que não tem regulação federal específica para sua produção e comercialização. O que a prefeitura tem feito é promover o turismo rural na região, incorporando os bairros viticultores no Circuito das Frutas, programa estadual de aprimoramento do turismo rural no interior paulista. Outro suporte institucional importante é realizado pelo SEBRAE, que oferece cursos de capacitação rural que abordam os mais variados temas, desde o trato das plantações, uso racional de água e pesticidas como a adequação das propriedades rurais para a visitação (LÁZARO DA SILVA, 2002).

A atual configuração do agrocomércio da região do bairro Caxambú direciona nossa reflexão para a identificação de um Arranjo Produtivo Local com base em empreendimentos rurais, caracterizado pela valorização das especificidades locais, aprimoramento das redes produtivas e da cooperação local, através da incorporação de aspectos históricos e culturais. A estrutura do campesinato relacionado às tradições culturais italianas norteia a estruturação das organizações produtivas dos produtores da região, assim como as suas estratégias de integração nas cadeias produtivas da uva a granel e às novas modalidades de agrocomércio e visitasões.

¹A partir de 2005, alguns produtores começaram a buscar variedades apropriadas para a produção de vinho que se adaptam às condições climáticas do município, tendo em vista que entre as décadas de 40 e 60, o município deteve grande produção dessas variedades. Os dados coletados em campo correspondentes ao aumento da produção de uvas para vinho não foram quantificados e analisados até a entrega do presente trabalho.

As aglomerações rurais, nessas condições, demonstram como as características marcantes do campesinato tais como relações de trabalho não capitalistas, de parentesco e hierarquia familiar sustentam não apenas sua sobrevivência na esfera produtiva, mas solidificam sua reprodução social em um determinado território.²

IV - Considerações Finais

Na experiência dos viticultores de Jundiaí, comprovamos a importância que assume a identidade dos lugares, mais do que um rótulo incorporado aos produtos locais, se tornando aspecto fundamental para a união e a cooperação local. Dessa solidariedade natural (SANTOS, 2000) renovam-se as *linkages* e se estabelecem as reorganizações espaciais necessárias para atender às novas demandas.

Após a análise estrutural de aglomerações que possuam essas características, alguns apontamentos devem ser considerados. A constituição de APL's implica em desenvolvimento econômico? Quais são os vetores de desenvolvimento econômico que devem ser relacionados à formação dos APL's? Como podemos equacionar esse desenvolvimento com as possíveis transformações no espaço geográfico?

Muitas dessas discussões estão sendo realizadas, após a interpretação das referências bibliográficas, e as pesquisas de campo, fase atual da pesquisa. Nesta fase, entre outros aspectos, espera-se configurar a situação da Associação dos Produtores de Vinho Artesanal do Caxambú, caracterizar as implicações para os bairros produtores do processo de rurbanização que está ocorrendo desde o início da década de 90, e analisar a composição das rendas agrícolas e não agrícolas.

Também estão sendo analisados dados levantados junto à Prefeitura Municipal e demais instituições locais, complementadas por pesquisas de campo, através da aplicação de questionários e entrevistas. A seguir, o processo de pesquisa, consiste na caracterização da cadeia produtiva da uva a granel e da formação de novos empreendimentos e estratégias por parte dos pequenos e médios produtores da região do bairro Caxambu, região pioneira e uma das principais áreas viticultoras do município. Em seguida, serão avaliados os aspectos relativos ao desenvolvimento local e a participação da comunidade local nesse processo.

Por fim, podemos utilizar a análise de Amaral Filho (2001), que nos revela que os lugares têm mostrado cada vez mais um movimento de endogeneização do seu desenvolvimento, capaz de ampliar a "capacidade de agregação de valor sobre a produção", processo que amplia a geração de empregos, do produto e da renda local. Essas estratégias não significam a solução para problemas estruturais do sistema capitalista, mas apontam para políticas de desenvolvimento integradas às necessidades e realidades dos lugares, assumindo o papel das atribuições humanas e culturais dos territórios, valorizando e renovando esses atributos.

² Longe de encerrar a discussão acerca das tendências do desenvolvimento rural e da ruralidade, destacamos que as considerações mais aprofundadas sobre essas temáticas não puderam ser inseridas do presente trabalho, devido a sua dimensão e também e pela proposta do Congresso. Essas considerações estão em fase de amadurecimento crítico e estarão presentes na dissertação de mestrado que originou este trabalho.

V - Bibliografia

- ALBAGLI, S. "Globalização e espacialidade: o novo papel do local". In CASSIOLATO, J. D. e LASTRES, H. M. M. In: **Globalização & Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.
- AMARAL FILHO, J. "A endogeneização das estratégias de desenvolvimento regional e local". **XXVII Encontro Nacional de Economia**, Belém/PA, 07 a 10 de dezembro de 1999.
- AMATONETO, J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais. Oportunidades para as pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas: Fundação Vanzolini, 2000.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. "Os recursos de territórios e os territórios de recursos". **Revista Geosul**, Florianópolis, v.16, n. 32, p.31-50, jul-dez 2001.
- CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COELHO, F. D. **Reestruturação Econômica, Políticas Públicas e as Novas Estratégias de Desenvolvimento Local**. In Guia de Desenvolvimento Econômico Local. Brasília: SERE/FES, IBAM, 1995.
- COCCO, G. et al. (org.) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- CROCCO, M. A., GALINARI, R., SANTOS, F., LEMOS, M. B., SIMÕES, R. **Metodologia de Identificação de Arranjos Produtivos Locais Potenciais: Uma Nota Técnica**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2003. (Texto para Discussão, 191) in <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td.html>.
- DINIZ, C. C. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. In: **Anais do XXIX ENEC – Encontro Nacional de Pós-graduação em Economia**, realizado de 11 a 14 de dezembro de 2001, Salvador/BA.
- FUNDAÇÃO SEADE. In <http://www.seade.gov.br>.
- FILIPPINI, E. **Terra, Família e trabalho: o Núcleo Colonial Barão de Jundiá – 1887 – 1920**. São Paulo: FFLCH, 1990.
- _____. **À sombra dos cafezais: sitiantes e chacareiros em Jundiá 1890 - 1920**. São Paulo: FFLCH, 1998.
- FURTADO, J. (org.). **Globalização das cadeias produtivas do Brasil**. São Carlos: EduFSCar, 2003.
- GONÇALVES, R. **O nó econômico**. Rio de Janeiro. Record, 2003.
- HAESBARET, R.; LIMONAD, E. "O território em tempos de globalização". **GEO UERJ**, RJ, nº 5, p. 7-19, 1º semestre de 1999.
- LÁZARO DA SILVA, J. C. **Origem, evolução e estágio atual da vitivinicultura do município de Jundiá-SP**. Iniciação Científica apresentada junto ao Departamento de Geografia da UNESP-Rio Claro, 2002.
- LUCA, F. J. **Modelo cluster eco-industrial de desenvolvimento regional: o pólo da mineração no sul de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2003.

OTH, V. “O desenvolvimento: indicadores e tentativa de avaliação”. **Revista Geográfica**, nº 14, São Paulo, 1997, pp. 79-114.

PIRES, L. S. “Descentralização do Estado, Desenvolvimento Local e Geração de Emprego no Brasil: Potencialidades e limites para uma política de emprego em comunidade de baixa renda” (versão preliminar). Artigo apresentado no **Simpósio El trabajo como base de la Política Social, no XI Congresso de la FIEALC** – Osaka, Japão, 24-27 de setembro de 2003.

Prefeitura Municipal de Jundiaí. In <http://www.jundiai.sp.gov.br>

RAUD, C. **Indústria, Território e Meio Ambiente no Brasil. Perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense**. Florianópolis: UFSC, 1999.

RODRIGUES, A. B. (org). **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Hucitec, 2000.

SCHRANK, P. G. M. *Relatório da produção viticultora do município de Jundiaí*. **Prefeitura Municipal de Jundiaí**, 2001.

SCHNEIDER, S. “A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas”. Trabalho apresentado no **I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**, Fortaleza/Ceará, 16 a 19 de novembro de 2003, Organizado pelo IICA-Brasil e MDA.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. “Governanças de Sistemas Produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas”. In: LASTRES, H.M.M. et. al.; **Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local**. Relume/Dumará, Rio de Janeiro 2003.